



2. Ao Governo de Barbados, compete:
- a) selecionar técnicos para participar de atividades de co-
operação técnica no âmbito do Projeto;
 - b) fornecer instalações e infraestrutura adequadas para a exe-
cução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - c) prestar apoio operacional para a execução do Projeto;
 - d) tomar as medidas necessárias para dar continuidade às
atividades desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo bra-
sileiro; e
 - e) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

Artigo IV

Para a execução das atividades decorrentes do Projeto, as Partes poderão utilizar recursos de instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, organismos internacionais, agências de cooperação técnica, fundos e programas regionais e inter-
nacionais, que serão previstos em instrumentos jurídicos que não o presente Ajuste.

Artigo V

Todas as atividades previstas neste Ajuste Complementar es-
tão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e em Barbados.

Artigo VI

A coleta e troca de material genético, quando necessárias, serão realizadas em estrita observância da legislação específica em vigor na República Federativa do Brasil e em Barbados.

Artigo VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elabo-
rarão relatórios sobre os resultados alcançados pelo Projeto de-
senvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, documentos estes
que serão apresentados aos órgãos de coordenação.
2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas
no âmbito do Projeto são de propriedade conjunta das Partes. Em
caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser
prévia e formalmente consultadas, bem como mencionadas no corpo
do documento a ser publicado.

Artigo VIII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de
sua assinatura e permanecerá em vigor por dois (2) anos, e será
automaticamente renovado por iguais períodos, até a realização do
seu objetivo, salvo decisão contrária de qualquer uma das Partes que
deve ser comunicada à outra Parte.

Artigo IX

Quaisquer divergências relativas à interpretação do presente
Acordo Complementar que possam surgir de sua execução serão
dirimidas pelas Partes por via diplomática

Artigo X

Qualquer uma das Partes poderá notificar a outra, a qualquer
momento, por via diplomática, sobre sua decisão de denunciar o
presente Ajuste Complementar. Cabe as Partes decidir sobre a con-
tinuidade das atividades em curso.

Artigo XI

Para as questões não-abordadas no presente Ajuste Com-
plementar, deverá aplicar-se as disposições do Acordo Básico de
Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do
Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de
novembro de 2004..

Feito em Brasília, em 26 de abril de de 2010, em dois
exemplares, nos idiomas Português e Inglês, sendo ambos os textos
igualmente autênticos.

26 de abril de 2010
Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro, interino, das Relações Exteriores

Pelo Governo de Barbados
Maxine P.O. McClean
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior

AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DE BELIZE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO "APOIO TÉCNICO PARA A IMPLANTAÇÃO DO
BANCO DE LEITE HUMANO EM BELIZE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo de Belize
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido
fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o
Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize,
firmado em 7 de junho de 2005;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação
para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área da saúde
reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a im-
plementação do projeto "Apoio Técnico para a Implantação do Banco
de Leite Humano em Belize" (doravante denominado "Projeto"), cuja
finalidade é estabelecer as bases para a implementação gradual de
bancos de leite humano em áreas prioritárias em Belize, por meio da
transferência de conhecimentos técnicos e capacitação de profissio-
nais, como ferramenta para fortalecer as ações dos programas de
atenção à saúde materna e infantil, bem como para diminuir a mor-
bilidade e mortalidade das crianças menores de 1 ano.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os
resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições co-
ordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das
Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela
coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes
do presente Ajuste Complementar: e

b) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela
execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo de Belize designa:

a) o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Ex-
terior como instituição responsável pela coordenação, acompanha-
mento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste
Complementar; e

b) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela
execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em Belize as
atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) prestar apoio operacional à execução do Projeto;

c) disponibilizar a infraestrutura adequada à execução das
atividades de capacitação no Brasil; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo de Belize cabe:

a) designar técnicos belizenhos para integrar as atividades de
cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à exe-
cução das atividades de cooperação técnica em Belize previstas no
Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Go-
verno brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações ne-
cessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer
compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado bra-
sileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes
poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de
organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de
agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e
internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos
legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar
estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República
Federativa do Brasil e em Belize.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elabo-
rarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido
no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às
instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas
no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em
caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser
prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento pu-
blicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de
sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado au-
tomaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação
contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação do presente
Ajuste Complementar que possam surgir em decorrência de sua exe-
cução será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer mo-
mento, por via diplomática, a sua decisão de denunciar o presente
Ajuste Complementar. As Partes decidirão sobre a continuidade das
atividades em execução.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complemen-
tar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica
entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de
Belize, firmado em 7 de junho de 2005.

Feito em Brasília, em 26 de abril de 2010, em dois exem-
plares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os
textos igualmente autênticos.

26 de abril de 2010
Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro, interino, das Relações Exteriores

Pelo Governo de Belize
Wilfred Peter Elrington
Ministro dos Negócios Estrangeiros

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA JAMAICA PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA
COMISSÃO MISTA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Jamaica
(doravante denominados as "Partes"),

Desejosos de aprofundar as atuais relações cordiais entre os
dois países por meio do estabelecimento de um mecanismo que fa-
cilita a cooperação bilateral para o desenvolvimento socioeconômico
de seus países e o bem estar de seus povos,

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. As Partes estabelecem uma Comissão Mista para pro-
mover a cooperação cultural, social, econômica, técnica e em outras
áreas entre seus dois países, dentro do alcance de seus recursos e
tanto quanto considerem apropriado. No âmbito da Comissão Mista,
as Partes discutirão, entre outros tópicos, a adoção de outros Me-
morandos de Entendimento de cooperação em áreas específicas e de
projetos e Ajustes Complementares ao amparo do Acordo de Co-
operação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo da Jamaica, assinado em Brasília, em 28 de agosto de
1997.